

REGISTRO ELETRÔNICO

GALPÃO PARA USO E ARMAZENAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICO

1. Requerimento preenchido;
2. Comprovante de inscrição e aprovação do Cadastro Ambiental Rural (CAR);
3. Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR);
4. Cópia atualizada dos documentos da propriedade, Certidão de Inteiro Teor;
5. A pessoa física deve apresentar RG e CPF (proprietário). A pessoa jurídica deve apresentar CNPJ e contrato social, acompanhando de cópia dos documentos pessoais do representante legal;
6. Contrato de arrendamento ou Autorização de Lavra (caso o requerente não seja o proprietário do imóvel);
7. Procuração quando for o caso de representante com firma reconhecida, apresentando cópias dos documentos pessoais (RG e CPF) do procurador;
8. Comprovante de pagamento da guia para Registro Eletrônico;
9. CND (Certidão Negativa de Débitos) emitida pela Secretaria de Meio Ambiente;
10. Croqui de localização com coordenadas geográficas;
11. Certificado corpo de bombeiro atualizado;
12. Certidão de Uso do Solo, emitida pela Prefeitura Municipal para o local e o tipo de empreendimento ou atividade a ser instalada em conformidade com o Plano Diretor “Lei de Zoneamento” do Município;
13. Relatório técnico de monitoramento ambiental. Identificando possíveis riscos de contaminação e medidas de controle monitoramento de solo e água;
14. Plano de gerenciamento de resíduos perigosos;
15. Outorga, dispensa ou termo de autorização temporário do uso da água, emitida pelo órgão competente (SEMAD);
16. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (profissional inscrito no CREA) e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica Ambiental – ARTA (funcionário da empresa e ou profissionais de outras categorias), em conformidade com as atribuições do profissional;
17. Descrição Poligonal da área a ser licenciada, informando todos os pontos com coordenadas UTM, contendo a zona, Datum e Ponto de amarração.

Durante o processo de licenciamento ambiental poderão ser solicitadas mais informações, documentos ambientais e legais que a Secretaria entenda como tecnicamente exigíveis para a promoção do devido licenciamento da atividade, ou ainda, solicitação de alteração dos mesmos, de acordo com as características da área de influência direta e indireta.